



JUSTIFICATIVA

Conforme amplamente sabido, o aleitamento materno possui inúmeras vantagens ao regular desenvolvimento da criança, sendo a amamentação definida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como a primeira e mais importante ação no combate à fome, às doenças e à desnutrição, e no fortalecimento do vínculo familiar, promovendo assim o adequado desenvolvimento infantil.

O leite materno é rico em anticorpos, fundamentais para a saúde e resistência dos bebês, além de reduzir a chance de obesidade, hipertensão, diabetes, infecções etc. Por essas razões é que o leite materno deve ser o único alimento da criança até os seis meses de idade, sendo que alguns especialistas indicam que tal aleitamento deve continuar até a criança atingir, pelo menos, dois anos de idade.

Diante de tamanha importância para o regular desenvolvimento das crianças, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), criou a Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM), que ocorre em 120 países, entre os dias 1º e 7 de agosto, desde o início da década de 1990.

Contudo, é possível perceber que o aleitamento materno ainda não se dá de maneira efetiva em todas as camadas da sociedade, sendo o encerramento precoce um dos principais problemas identificáveis, haja vista as condições das mães lactantes que não possuem o devido acompanhamento pós-natal; a necessidade de regressar ao trabalho, haja vista que muitas mulheres não contam com a devida proteção social e previdenciária e, mesmo aquelas seguradas, se veem obrigadas a retornar ao trabalho em apenas 4 meses; o assédio da indústria dos alimentos processados; dentre outras causas.

Pois bem, é certo que todos os elementos que causam prejuízo ao regular aleitamento materno possuem maior incidência nas parcelas mais vulneráveis da sociedade, sendo necessário buscar soluções para tais problemas a partir das diferenças intersetoriais da população.

Abordando o tema a partir da perspectiva racial, se a falta de acesso ao sistema público de saúde, ou acessá-lo de forma precária, é uma das causas para a interrupção precoce do aleitamento materno, as mulheres negras, majoritariamente moradoras de regiões carentes de equipamentos públicos, estão mais sujeitas a tal situação. As mulheres negras estão mais inseridas no mercado informal de trabalho, dessa forma possuem menos chances de obter a licença maternidade e conseqüentemente tendo o seu período inicial de amamentação prejudicado. Também é necessário reconhecer que as mulheres negras integram em maior porcentagem o número de pessoas desempregadas do que as mulheres brancas, razão pela qual seus filhos estão mais expostos ao risco de uma alimentação inadequada na infância.

Some-se a isso os estigmas perpetrados pelo racismo estrutural que caracteriza a nossa sociedade, como o de que mulheres negras são mais resistentes a dor e que, portanto, eventuais incômodos durante a amamentação não são motivo de preocupação dos médicos que acompanham o processo pós-natal, o que pode estimular o fim do aleitamento antes do momento adequado.

Por tais razões é que se revela como de extrema importância a criação da Semana Municipal de Apoio à Amamentação Negra a fim de que sejam discutidas em âmbito nacional as causas de tal disparidade e, por consequência, sejam buscadas soluções conjuntas para a melhoria do padrão de vida da população negra da nossa cidade.



Dada a importância do projeto de lei ora apresentado, conto com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Palácio Barbosa Lima, 30 de agosto de 2023.

Tallia Sobral Nunes
Vereador Tallia Sobral - PSOL

